



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Piçarra





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA

Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**

Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**

Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Piçarra x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Piçarra x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Piçarra x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Piçarra x RI Carajás x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Piçarra (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



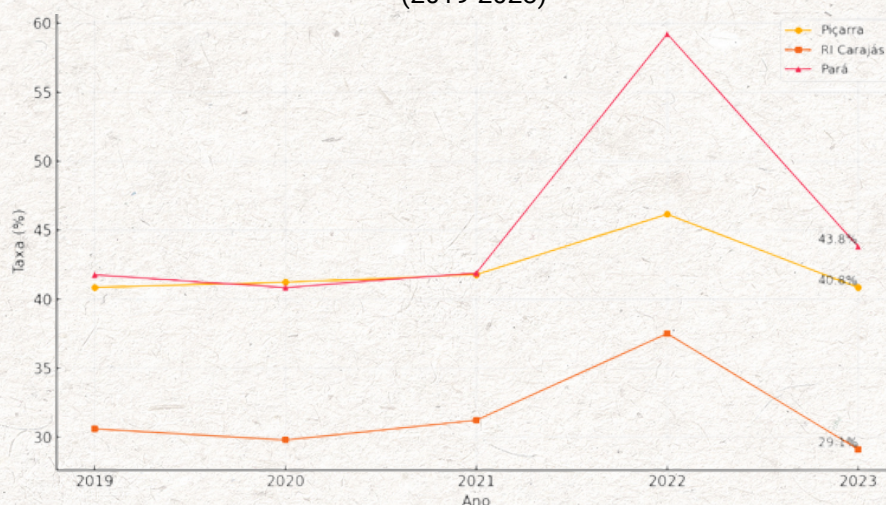
Evolução da Taxa de Pobreza

Em Piçarra, a taxa de pobreza apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, variando de 40,9% (2019) a 41,7% (2021). Em 2022, houve um salto significativo para 45,9%, refletindo possível impacto das crises econômicas e sanitárias. Já em 2023, a taxa recuou para 40,8%, voltando ao patamar inicial. Na Região de Integração de Carajás, o índice oscilou de 30,7% (2019) para um pico de 37,4% em 2022, caindo para 29,1% em 2023. O Estado do Pará teve comportamento mais acentuado: manteve-se em torno de 41,7% até 2021, mas subiu fortemente para 59,6% em 2022, recuando para 43,8% em 2023

(Gráfico 1).

Esse comportamento indica um agravamento da pobreza em 2022 em todas as escalas analisadas, com posterior redução em 2023. No entanto, mesmo com a queda, os níveis estaduais ainda permanecem acima do registrado no início da série. Piçarra se manteve acima da média da RI Carajás durante todo o período, mas ficou abaixo da taxa estadual em todos os anos, o que revela um perfil intermediário de vulnerabilidade socioeconômica. A queda em 2023 sugere algum nível de recuperação, embora ainda não haja estabilidade garantida (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

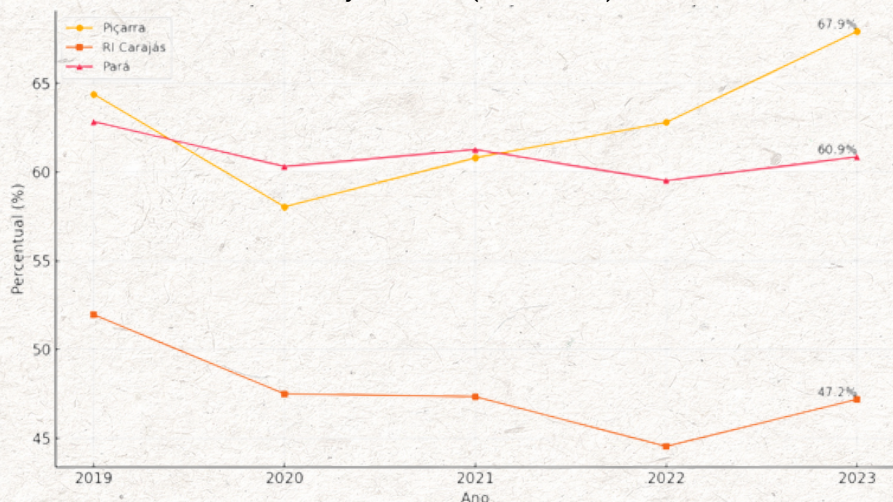
Em Piçarra, o percentual de despesas com serviços essenciais caiu de 64,6% em 2019 para 58,4% em 2020, mas apresentou recuperação nos anos seguintes: 60,9% (2021), 63,1% (2022) e 67,9% em 2023, indicando maior comprometimento fiscal com áreas prioritárias. Na RI Carajás, o indicador caiu de 52,0% em 2019 para 44,5% em 2022, com leve recuperação para 47,2% em 2023, sinalizando tendência oposta à de Piçarra. Já no Pará, o percentual caiu de 63,1% (2019) para 59,5% (2022), com uma leve elevação para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A trajetória de Piçarra destaca-se positivamente no cenário regional e estadual, com aumento de 9,5 pontos percentuais entre 2019 e 2023. Esse avanço pode indicar priorização de áreas como saúde, educação e assistência social, especialmente após o impacto da pandemia. Em contraste, a RI Carajás reduziu o esforço proporcional em serviços essenciais, podendo refletir reestruturações orçamentárias adversas. O Pará, apesar da leve recuperação final, não conseguiu recuperar o nível de comprometimento observado no início da série (Gráfico 2).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

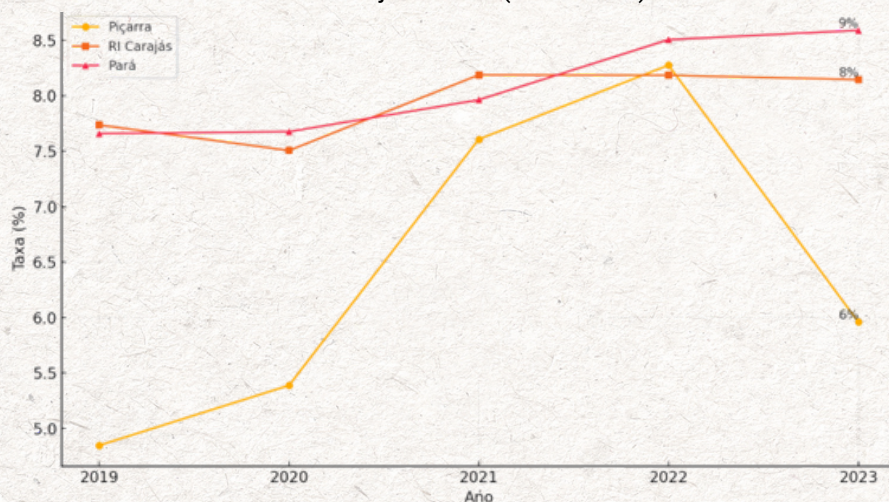
Em Piçarra, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer partiu de 4,8% em 2019, subindo gradualmente para 5,4% (2020) e 7,6% (2021), até atingir 8,2% em 2022. No entanto, em 2023, houve queda expressiva para 6,0%. Na RI Carajás, o índice oscilou entre 7,7% (2019), 7,5% (2020), 8,2% (2021) e se estabilizou em 8,0% em 2023. Já no Pará, os números subiram de 7,6% (2019) para 8,5% (2022), estabilizando em 9,0% em 2023 (Gráfico 3).

A trajetória de Piçarra aponta um aumento acentuado no

indicador até 2022, seguido de uma melhoria significativa no último ano da série. Isso pode estar relacionado a melhorias recentes no atendimento pré-natal ou políticas locais de saúde. Apesar da redução, o índice de 2023 ainda se mantém acima do valor inicial de 2019, o que exige atenção contínua. Em nível regional e estadual, a tendência geral foi de crescimento contínuo, com a RI Carajás mantendo-se sempre abaixo da média estadual e com menor oscilação que Piçarra (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

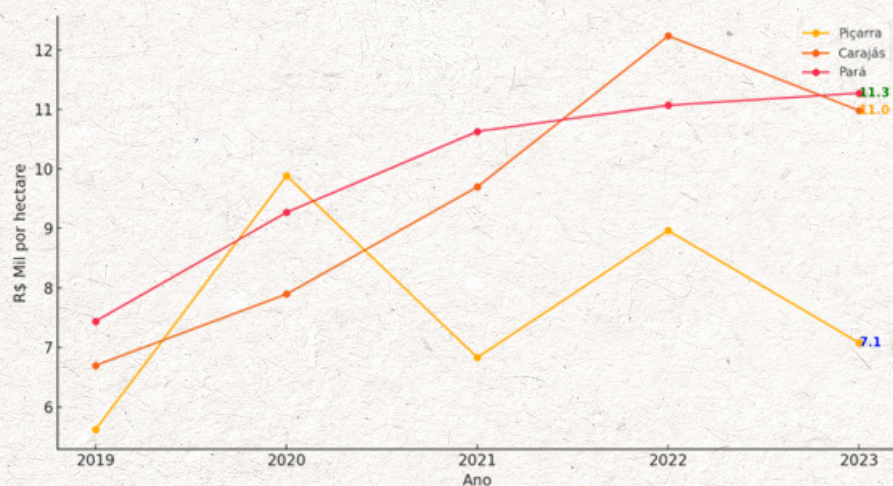
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Piçarra iniciou em R\$ 5,6 mil/hectare em 2019, com aumento expressivo para R\$ 9,9 mil em 2020. Em 2021, houve retração para R\$ 6,8 mil, seguida de novo crescimento em 2022, atingindo R\$ 8,9 mil. Contudo, em 2023, o índice voltou a cair para R\$ 7,1 mil. A RI Carajás apresentou trajetória crescente entre 2019 (R\$ 6,7 mil) e 2022 (R\$ 12,2 mil), antes de leve queda para R\$ 11,0 mil em 2023. O Pará teve expansão contínua, de R\$ 7,4 mil (2019) a R\$ 11,3 mil (2023) (Gráfico 4).

Essa oscilação da produtividade em Piçarra indica forte sensibilidade a variáveis como clima, insumos e políticas agrícolas locais. Mesmo com dois picos de crescimento (2020 e 2022), a produtividade não manteve consistência, fechando 2023 abaixo dos valores regionais e estaduais. A RI Carajás, por sua vez, manteve crescimento mais estável e sustentado até 2022, com leve retração depois. O desempenho do estado do Pará destaca-se positivamente, com crescimento contínuo ao longo de todo o período analisado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

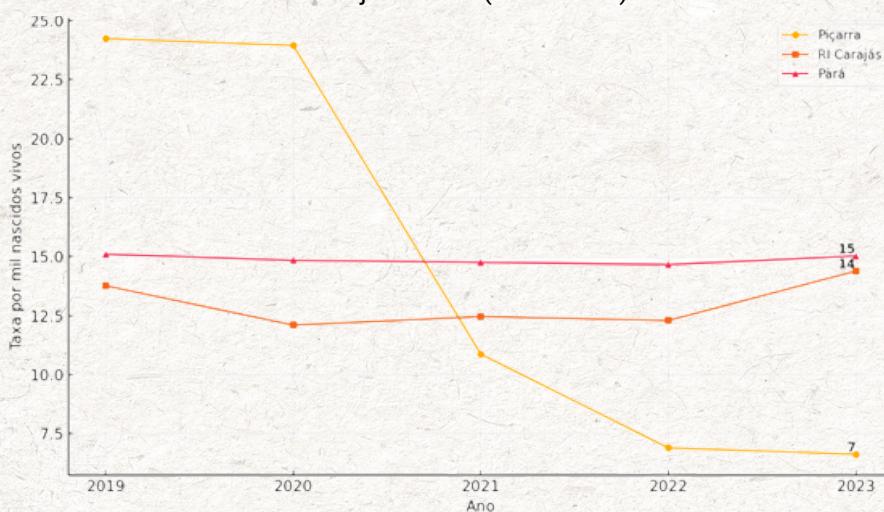
Em Piçarra, a taxa de mortalidade infantil caiu expressivamente de 24,4 por mil nascidos vivos em 2019 para 7,0 em 2023. Essa redução foi especialmente acentuada entre 2020 (24,1) e 2021 (11,0), mantendo-se em queda nos anos seguintes. A RI Carajás variou de 13,8 (2019) para 14,0 (2023), com uma leve alta após um período de estabilidade em torno de 12,4 entre 2020 e 2022. Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade ao longo do período, entre 15,0 (2019) e 14,6 (2023) (Gráfico 5).

Essa melhora significativa em Piçarra pode refletir avanços em políticas de saúde infantil, cobertura pré-natal ou melhorias no atendimento hospitalar. A discrepância entre os números do município e das demais regiões nos últimos anos reforça o destaque positivo de Piçarra. Enquanto a RI Carajás e o estado do Pará mantiveram níveis estáveis e superiores a 14 por mil, Piçarra conseguiu alcançar uma taxa inferior à metade desses valores em 2023, o que merece atenção como exemplo de boas práticas locais (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

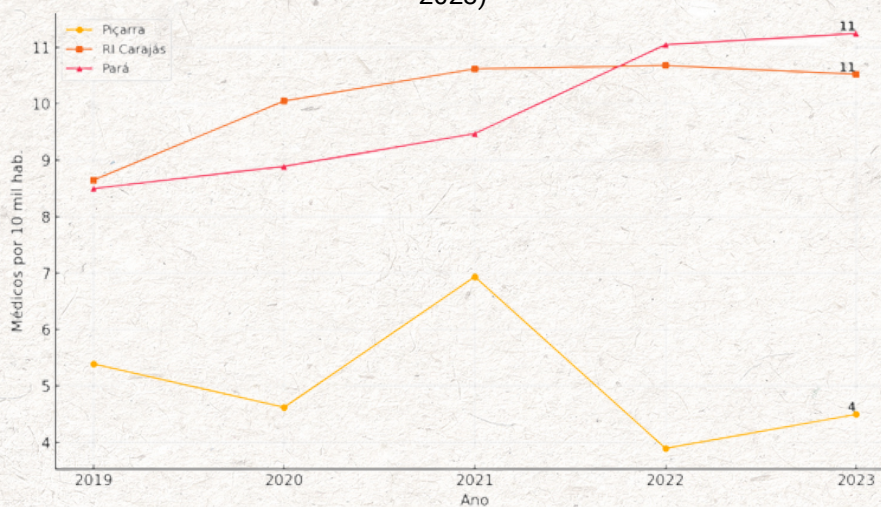
O número de médicos por 10 mil habitantes em Piçarra caiu de 5,4 em 2019 para apenas 4,5 em 2023, com pico em 2021 (7,0) e seu ponto mais baixo em 2022 (3,9). Esse comportamento oscilatório sugere instabilidade na manutenção de profissionais da saúde. Já a RI Carajás apresentou crescimento de 8,7 (2019) para 11,0 (2023), mantendo-se estável entre 2021 e 2023. O Pará também apresentou evolução constante: de 8,5 (2019) para 11,3 (2023), com aumento notável a partir de 2021 (Gráfico 6).

Apesar da forte queda na taxa de morta-

lidade infantil em Piçarra, o número de médicos não acompanhou essa melhora e revela fragilidade na oferta de profissionais médicos. Em contraste, tanto a RI Carajás quanto o estado do Pará demonstraram evolução consistente e convergente em direção à média nacional recomendada. A divergência entre a queda no número de médicos em Piçarra e os bons resultados na mortalidade infantil pode indicar que os resultados positivos se devem mais à eficiência dos serviços ou a outros fatores estruturais que compensaram a baixa cobertura médica (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Piçarra, o número de vagas no ensino público caiu de 249,6 por mil habitantes em 2019 para 224,4 em 2023, após oscilar em torno de 245 nos primeiros anos. A RI Carajás seguiu trajetória semelhante: de 237,9 em 2019 para 197,7 em 2023, com uma queda mais acentuada a partir de 2021. No Pará, o número caiu de 211,6 em 2019 para 198,3 em 2023, apresentando leve recuperação em 2022 (219,4) antes da queda final (Gráfico 7).

Essa redução nas vagas pode estar ligada à diminuição

do número de estudantes ou a políticas de reorganização de rede escolar. Apesar da queda, Piçarra manteve-se acima da média da região e do estado em todos os anos, evidenciando relativa maior capacidade de atendimento educacional. No entanto, a tendência descendente é preocupante e exige monitoramento para evitar comprometimento da oferta futura, sobretudo diante de eventuais crescimentos populacionais ou aumento da demanda educacional (Gráfico 7).

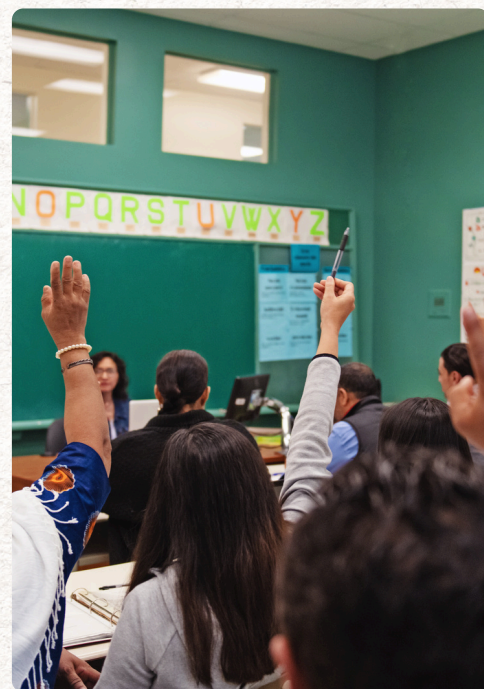
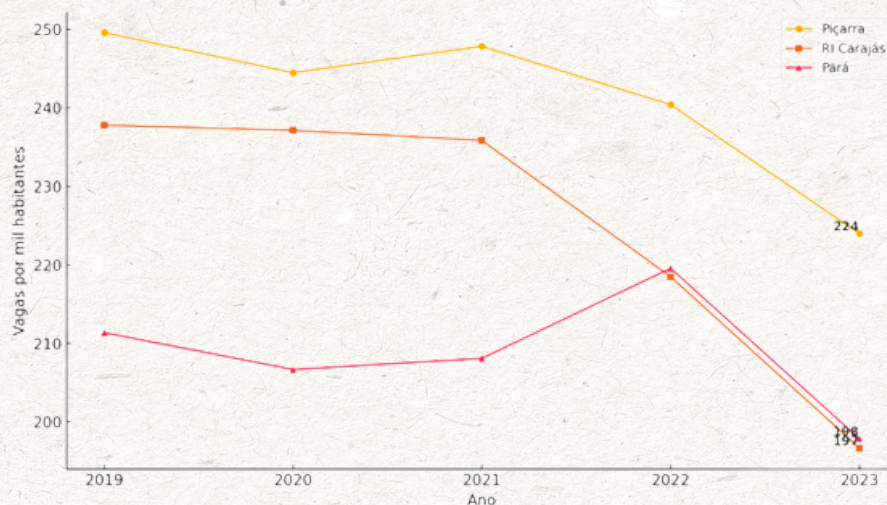


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 224 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

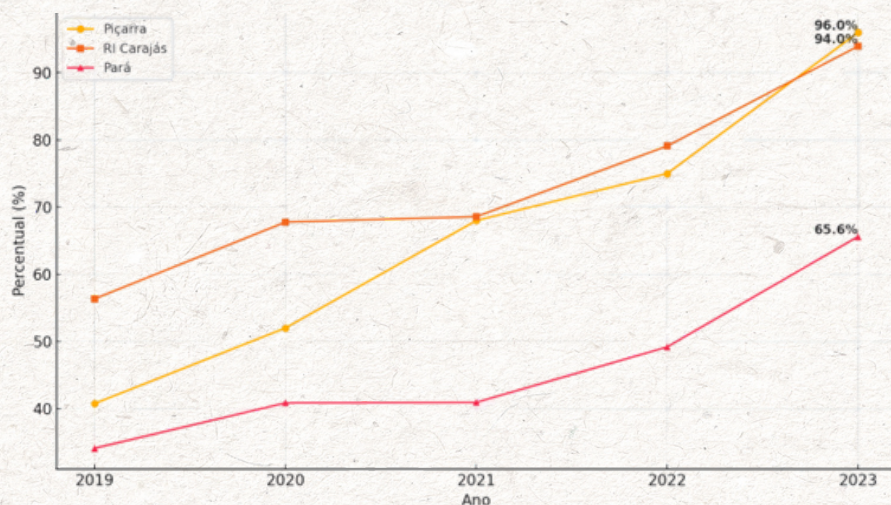
O percentual de escolas com acesso à internet em Piçarra cresceu de 40,6% em 2019 para 96,0% em 2023, demonstrando avanço expressivo. Esse crescimento foi consistente: 52,0% (2020), 68,5% (2021), 75,0% (2022) e culminou no índice atual. A RI Carajás acompanhou essa evolução, partindo de 56,6% (2019) para 94,0% (2023). Já o Pará teve crescimento mais lento, passando de 33,7% em 2019 para 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

Esse desempenho de Piçarra indica forte

investimento em infraestrutura digital nas escolas, possivelmente impulsionado pela demanda gerada durante a pandemia. A superação dos percentuais regionais e estaduais nos últimos anos mostra que o município se antecipou às necessidades tecnológicas, o que pode gerar impactos positivos na qualidade da educação. O estado do Pará, embora tenha melhorado, ainda apresenta defasagem significativa no acesso digital nas escolas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

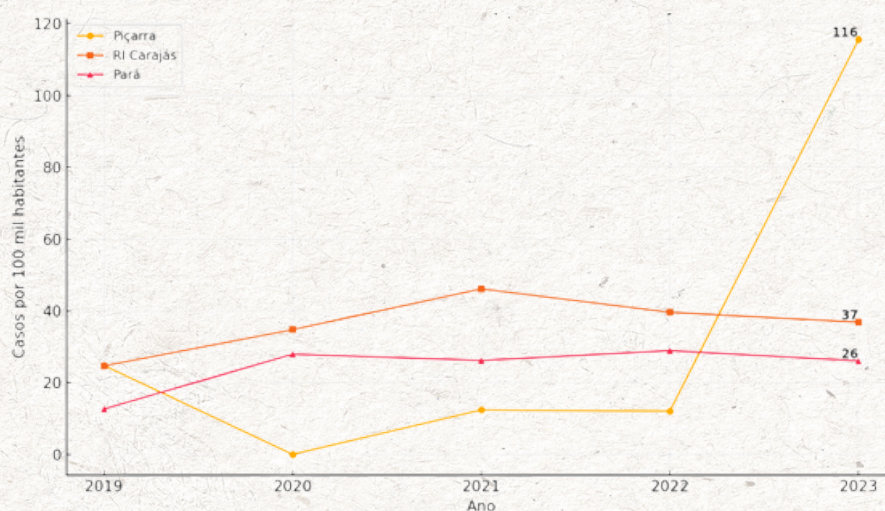
Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Piçarra, o número de casos de violência contra a mulher por parceiros por 100 mil habitantes teve comportamento instável, com valores de 25,4 (2019), 0,0 (2020), 12,4 (2021 e 2022), e disparada para 116,1 em 2023. Já a RI Carajás oscilou em patamares elevados: 25,1 (2019), 34,8 (2020), 46,8 (2021), 39,9 (2022) e 37,2 (2023). O estado do Pará apresentou leve crescimento no período, partindo de 13,1 em 2019 para 26,2 em 2023 (Gráfico 9).

A explosão de casos em Piçarra em 2023 chama atenção, especialmente após quatro anos com índices baixos ou nulos. Isso pode indicar tanto aumento real de casos quanto aprimoramento nos registros e denúncias. Em contraste, os números da RI Carajás se mantêm altos e estáveis. O estado do Pará, por sua vez, apresenta crescimento gradual, mas ainda abaixo dos valores regionais e, sobretudo, do pico registrado em Piçarra no último ano (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 116 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

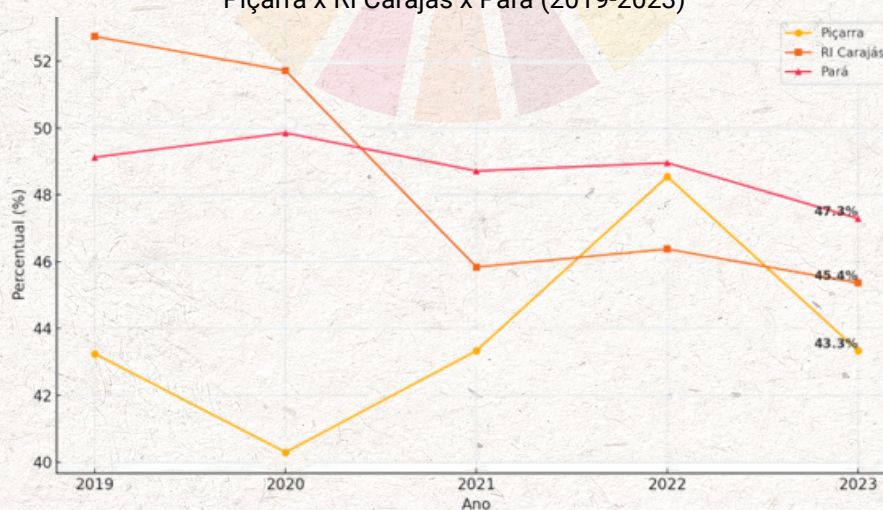
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Piçarra apresentou oscilações no percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres: 43,2% (2019), queda para 40,3% (2020), seguido de alta para 43,3% (2021), pico de 48,6% (2022), e nova queda para 43,3% (2023). A RI Carajás teve queda contínua entre 2019 (52,7%) e 2021 (45,8%), estabilizando-se com leve recuo até 2023 (45,4%). O Pará se manteve mais estável, entre 49,1% (2019) e 47,3% (2023), com pequenas variações (Gráfico 10).



Piçarra ficou consistentemente abaixo da média estadual e regional na maior parte do período, apesar do avanço em 2022. A redução em 2023 sugere dificuldade em manter a ascensão feminina em cargos de decisão. A RI Carajás teve retração significativa na participação das mulheres, ainda que com valores mais altos que os de Piçarra. O Pará, por sua vez, demonstra um quadro mais estável e equitativo, sendo referência em equilíbrio de gênero no contexto analisado (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

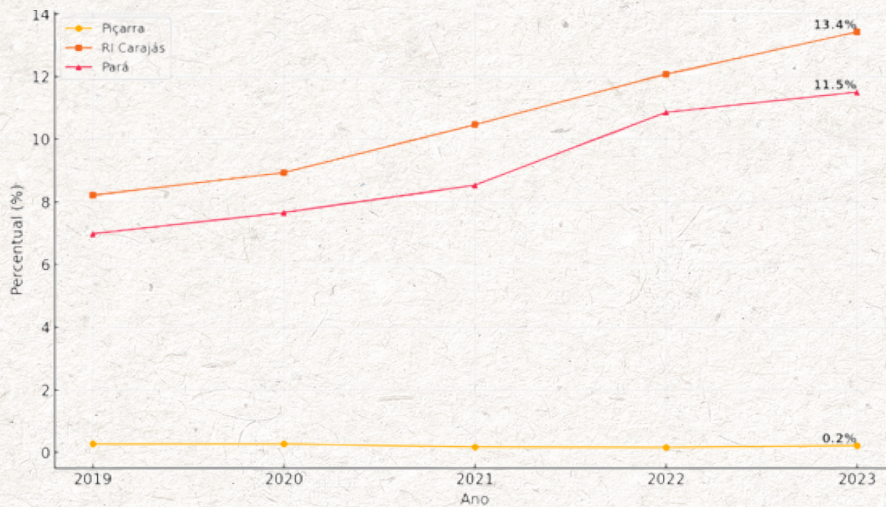
Piçarra manteve percentual extremamente baixos de coleta de esgoto para a população de baixa renda: 0,2% em todos os anos entre 2019 e 2023, sem qualquer variação significativa. A RI Carajás teve crescimento constante: de 8,2% (2019) para 13,4% (2023). Já o estado do Pará acompanhou tendência similar, crescendo de 7,0% (2019) para 11,5% (2023), com maior aceleração entre 2021 e 2022 (Gráfico 11).

O dado de Piçarra é alarmante e evidencia a ausência quase total de infraestrutura sanitária voltada à população de baixa renda, mesmo após cinco anos. Isso contrasta fortemente com os avanços, ainda que modestos, observados no estado e na região. A permanência em 0,2% sinaliza estagnação grave em um serviço essencial à saúde pública, o que deve ser prioridade de investimento e política pública local (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

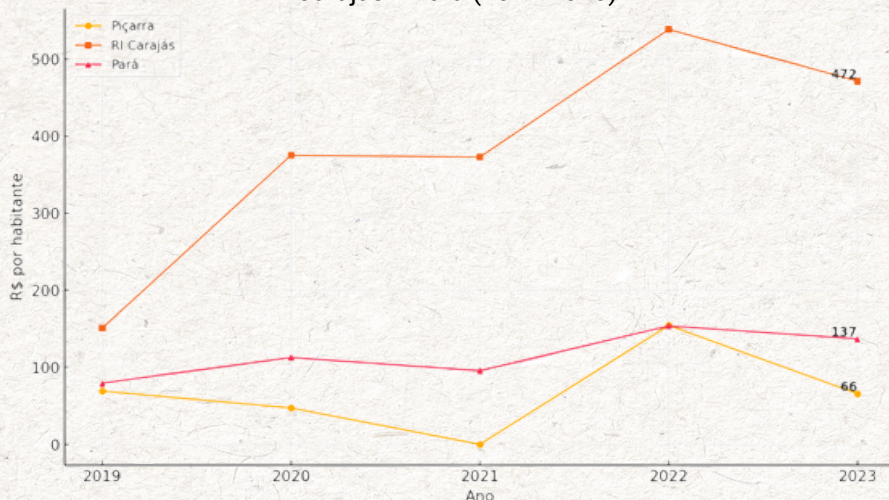
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Piçarra, o gasto municipal com saneamento per capita variou bastante: R\$ 69,1 (2019), queda para R\$ 48 (2020), queda brusca para R\$ 0 (2021), aumento significativo para R\$ 156 (2022), e nova queda para R\$ 66 em 2023. A RI Carajás registrou forte crescimento de R\$ 152 (2019) para R\$ 472 (2023), com destaque para o pico de R\$ 543 em 2022. O Pará teve valores menores, porém crescentes: R\$ 79 (2019) para R\$ 137 (2023), com pico também em 2022 (R\$ 156) (Gráfico 12).

Os dados de Piçarra indicam gestão oscilante e sem continuidade na alocação de recursos para saneamento. Apesar do esforço em 2022, o recuo em 2023 e os valores inferiores aos da RI e do estado reforçam a baixa prioridade local ao tema. A RI Carajás mostra política mais estável e intensiva, enquanto o Pará segue com crescimento moderado e consistente. A correlação com a baixa coleta de esgoto em Piçarra é evidente, destacando um quadro de vulnerabilidade persistente (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 66/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

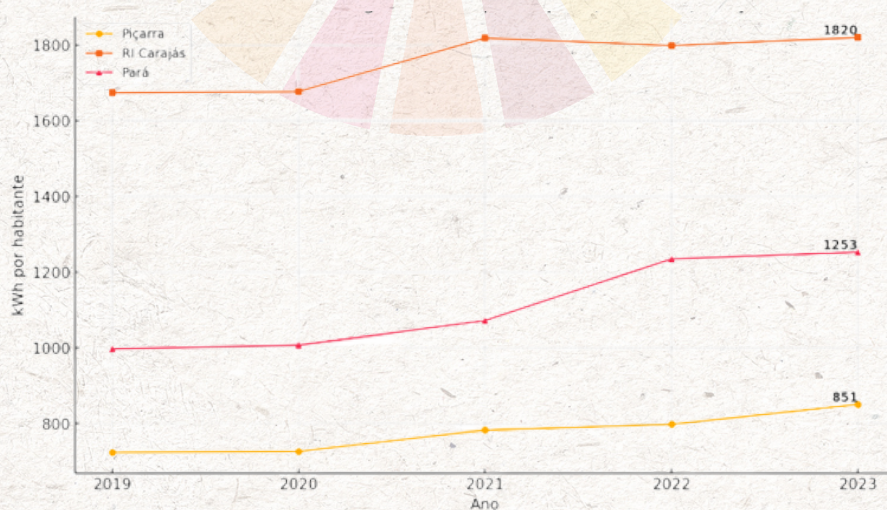


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Piçarra, o consumo per capita de energia elétrica cresceu de 727 kWh/hab. em 2019 para 851 kWh/hab. em 2023. O avanço foi gradual, com registros de 730 (2020), 784 (2021), 798 (2022) e o valor final de 851 (2023), indicando aumento de 17% no período. A RI Carajás apresentou nível muito superior e mais estável: 1671 (2019), 1673 (2020), 1820 (2021), 1802 (2022) e 1820 (2023). Já o estado do Pará passou de 1001 (2019) para 1253 kWh/hab. em 2023, com forte salto entre 2021 e 2022 (Gráfico 13).

O crescimento em Piçarra foi positivo, mas manteve o município abaixo tanto da média estadual quanto da regional durante todo o período. A distância entre Piçarra e a RI Carajás supera 950 kWh/hab. em 2023, refletindo desigualdades no acesso e uso da energia elétrica. Já o estado do Pará tem apresentado ganhos mais robustos, com incremento de mais de 250 kWh/hab. entre 2021 e 2023. Piçarra, embora em ascensão, ainda demanda políticas que impulsionem a ampliação da infraestrutura e do consumo energético com segurança e equidade (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 851 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

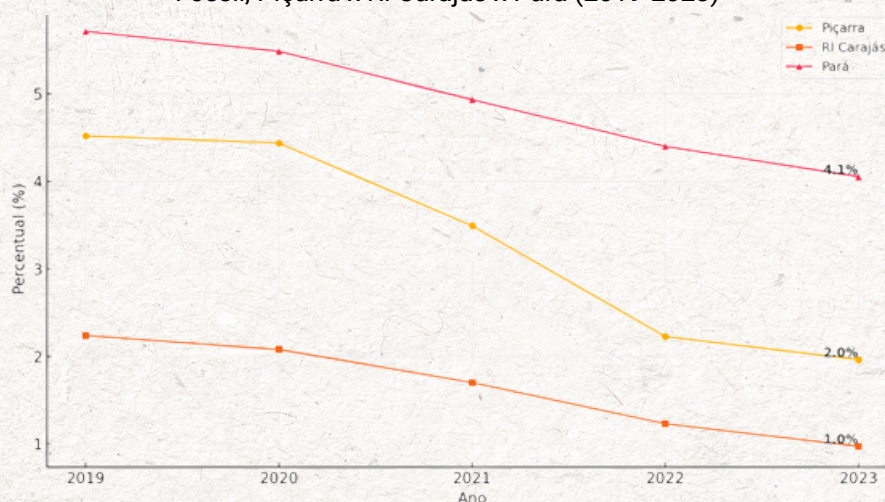
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Piçarra reduziu de forma consistente o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil, caindo de 4,5% em 2019 para 2,0% em 2023. A queda foi progressiva: 4,4% (2020), 3,5% (2021), 2,3% (2022) e 2,0% (2023), representando uma melhora de 2,5 pontos percentuais no período. A RI Carajás partiu de 2,3% em 2019 e chegou a 1,0% em 2023, mantendo-se como referência regional. Já o Pará apresentou desempenho mais lento, com 5,7% (2019) e 4,1% (2023), ainda em patamar elevado (Gráfico 14).

A trajetória de Piçarra mostra avanço significativo na substituição de fontes fósseis de iluminação por fontes mais modernas, o que pode estar atrelado a programas de eletrificação rural e combate à pobreza energética. Embora ainda tenha desempenho inferior ao da RI Carajás, o município apresenta melhora mais expressiva que o estado. O Pará ainda precisa avançar substancialmente, pois mantém mais de 4% das residências de baixa renda dependentes de fontes precárias de iluminação, o que reforça a desigualdade energética dentro do próprio estado (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



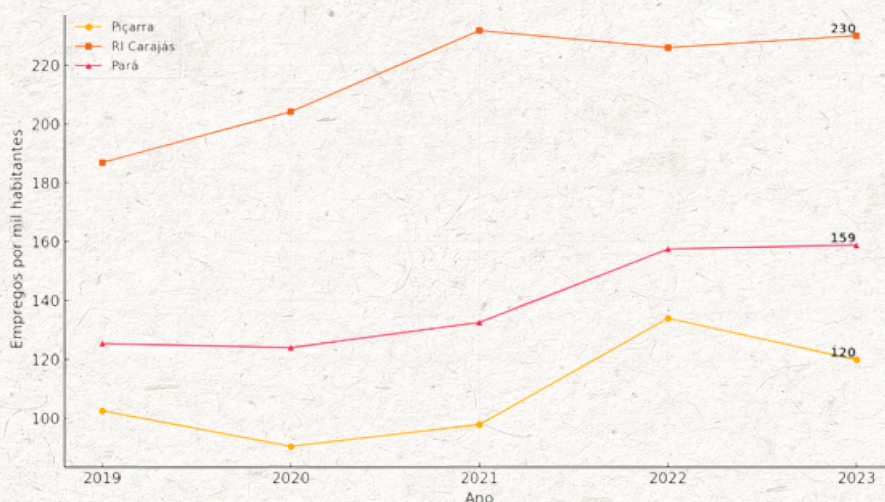
Empregos Formais por Mil Habitantes

A análise evidencia um cenário de recuperação no pós-pandemia, com crescimento mais expressivo em 2022, seguido por leve recuo em 2023. O desempenho da RI Carajás mostra robustez na geração de empregos formais, mantendo uma média superior a 220 vínculos por mil habitantes desde 2021. O Pará também se destaca positivamente, sobretudo pela elevação contínua desde 2020. Já Piçarra apresenta variações mais acentuadas, o que pode indicar sensibilidade a oscilações setoriais ou à ausência de uma base econômica mais consolidada. A distância entre os patamares locais e os demais níveis territoriais revela necessidade de políticas voltadas à formalização e diversificação da economia municipal (Gráfico 15).

Em Piçarra, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 2019 com 102,6, caiu para 90,9 em 2020, e subiu para 97,9 em 2021. Em 2022, o município teve o melhor desempenho da série, com 134,1 empregos por mil habitantes, encerrando 2023 com retração para 120,3. Na Região de Integração Carajás, o crescimento foi mais estável: de 187,2 (2019) para 204,3 (2020), 231,6 (2021), 226,7 (2022) e 229,7 em 2023. O estado do Pará também avançou: de 126,5 (2019) para 125,3 (2020), 132,8 (2021), 158,6 (2022) e 159,0 em 2023. Piçarra, apesar do pico em 2022, encerrou o período abaixo da média estadual e regional (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 120 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

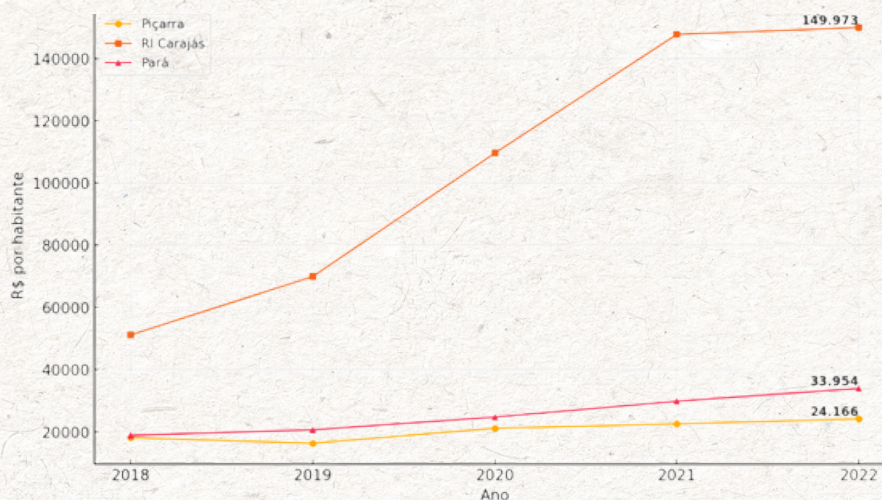
Em Piçarra, o PIB per capita cresceu de R\$ 18.111 em 2018 para R\$ 24.166 em 2022, o que representa uma alta de 38%. O avanço foi progressivo: R\$ 17.067 (2019), R\$ 21.473 (2020), R\$ 23.235 (2021) e finalmente R\$ 24.166 (2022). Apesar da tendência positiva, o município ainda apresenta desempenho inferior ao do estado e, sobretudo, da região. A RI Carajás registrou elevação de R\$ 51.186 (2018) para R\$ 149.973 (2022), praticamente triplicando seu valor. O estado do Pará também apresentou crescimento constante: R\$ 19.030 (2018) para R\$ 33.954 (2022) (Gráfico 16).

A análise mostra que, apesar de



o PIB per capita de Piçarra estar em trajetória crescente, a discrepância em relação aos demais territórios é marcante. Em 2022, o valor do município representa apenas 70% da média estadual e cerca de 16% da média da RI Carajás. Isso demonstra forte concentração da atividade econômica regional em outros polos mais dinâmicos da Carajás, enquanto Piçarra segue com perfil mais modesto. A melhoria no indicador municipal pode estar ligada ao crescimento de atividades específicas, mas a diferença estrutural continua sendo um desafio a superar, exigindo políticas de incentivo à produtividade local (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Piçarra x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 24.166/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

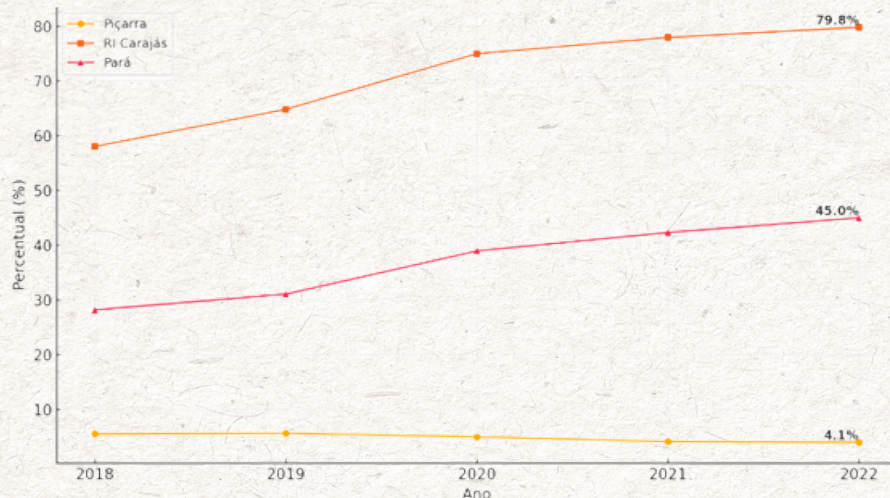


O valor adicionado da indústria em Piçarra foi relativamente estável, mas com leve tendência de queda: 5,3% (2018), 5,6% (2019), 5,3% (2020), 4,6% (2021) e 4,1% em 2022. Esses dados revelam uma contribuição modesta do setor industrial para a economia local, inferior a 6% durante todo o período. Em contraste, a RI Carajás apresentou crescimento expressivo: de 58,3% (2018) para 79,8% (2022), com destaque para o salto entre 2019 (64,9%) e 2020 (75,3%). O Pará, por sua vez, evoluiu de 28,0% (2018) para 45,0% (2022), com avanços consistentes ano a ano (Gráfico 17).

Esses números confirmam a baixa industrialização de Piçarra em relação ao padrão regional e estadual. Enquanto a indústria representa a espinha dorsal da economia da RI Carajás, em Piçarra ela permanece como setor periférico. Essa diferença estrutural ajuda a explicar o PIB per capita mais modesto e a menor geração de empregos formais no município. O fortalecimento da base industrial local poderia impulsionar significativamente o dinamismo econômico e elevar indicadores sociais. Políticas de fomento, capacitação técnica e infraestrutura produtiva são essenciais para alterar esse cenário de estagnação industrial em Piçarra (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Piçarra x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

No município de Piçarra, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes oscilou entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 11,4 e caiu para 10,9 em 2020. Em 2021, houve leve crescimento para 11,7, seguido de um salto significativo para 24,6 em 2022, o maior da série. No entanto, em 2023, o valor caiu acentuadamente para 14,1. Na



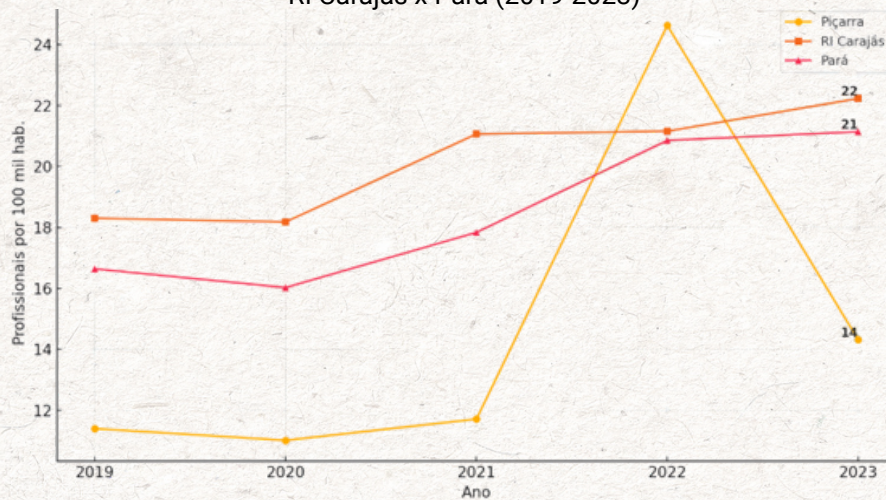
RI Carajás, a evolução foi mais estável, partindo de 18,4 em 2019 para 22,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, indo de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

Esse comportamento revela grande oscilação em Piçarra,

diferentemente da tendência mais linear e crescente observada nas escalas regional e estadual. A forte elevação em 2022 no município, seguida de queda em 2023, pode indicar a atuação pontual de projetos ou vínculos de curta duração com profissionais da área. A RI Carajás, por outro lado, registrou crescimento contínuo a partir de 2021, atingindo 22,0 em 2023, superando inclusive o índice estadual de 21,0. O cenário indica que, embora o município tenha se destacado em um ano, há uma necessidade de maior estabilidade e retenção desses profissionais no território (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



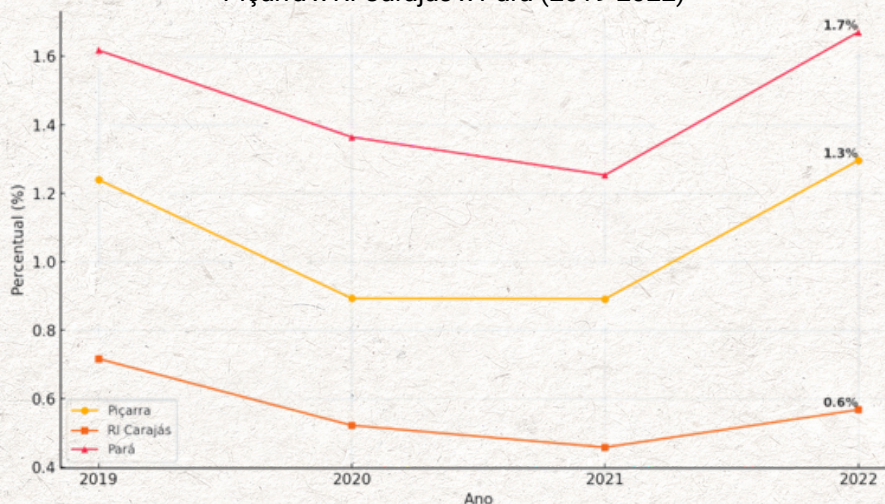
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Piçarra, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB variou de 1,24% em 2019 para 0,89% em 2020, mantendo-se nesse nível em 2021. Em 2022, houve recuperação para 1,30%, embora o valor ainda não tenha superado o de 2019. Na RI Carajás, o indicador iniciou em 0,71% em 2019, caiu para 0,52% em 2020 e atingiu o menor valor em 2021 (0,46%), subindo levemente para 0,57% em 2022. Já no estado do Pará, o índice caiu de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021, mas se recuperou para 1,70% em 2022, o maior da série (Gráfico 19).

A trajetória demonstra que, apesar da queda

geral durante o período de 2020 a 2021, possivelmente relacionada à pandemia, tanto Piçarra quanto o estado do Pará apresentaram sinais de recuperação em 2022. No entanto, Piçarra ainda não retomou o patamar pré-pandemia. A RI Carajás, por sua vez, manteve os menores percentuais, refletindo possível concentração de atividades com baixo rendimento formal. O aumento estadual em 2022, ultrapassando até o nível de 2019, sinaliza uma retomada mais vigorosa no mercado de trabalho formal no estado como um todo (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

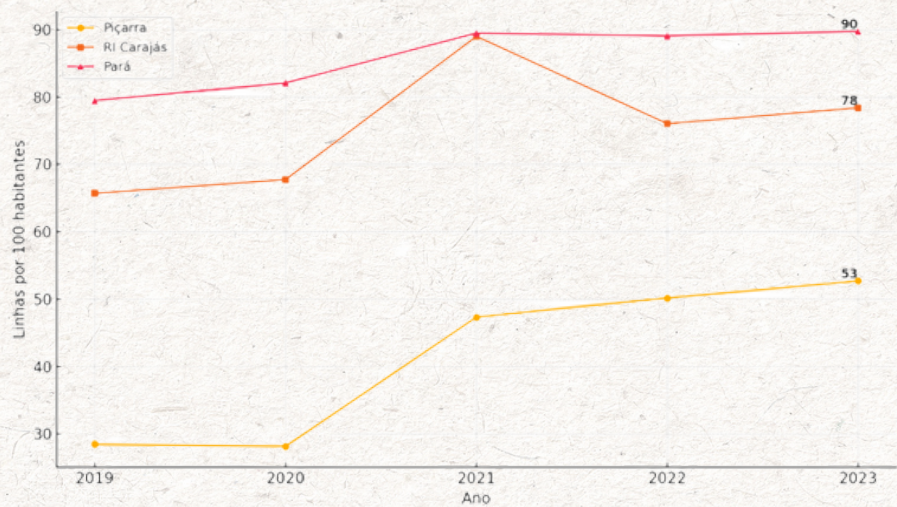
Em Piçarra, o número de linhas móveis por 100 habitantes aumentou de 28 em 2019 e 2020 para 47 em 2021, mantendo tendência crescente com 50 em 2022 e 53 em 2023. A Região de Integração Carajás apresentou maior densidade, crescendo de 65 em 2019 para 89 em 2021, antes de recuar para 78 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se em patamar elevado, subindo de 79 em 2019 para 90 em 2023 (Gráfico 20).

Nota-se que, apesar de avanços em Piçarra, o município ainda apresenta uma densidade de linhas móveis bem inferior à média estadual e regional. O crescimento estadual foi mais linear, enquanto a RI Carajás enfrentou oscilação após 2021. O acesso em Piçarra, embora crescente, sugere limitações estruturais ou econômicas que ainda dificultam o alcance de níveis de conectividade comparáveis às demais escalas (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

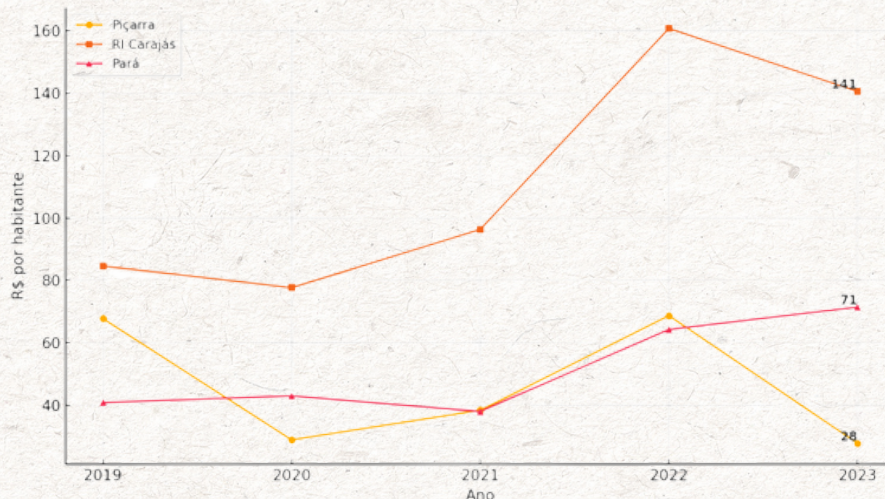
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Piçarra, os gastos per capita oscilaram bastante: começaram em R\$ 68 em 2019, caíram para R\$ 28 em 2020, e cresceram para R\$ 37 em 2021 e R\$ 69 em 2022. No entanto, houve nova retração em 2023, com o indicador voltando a R\$ 28 por habitante. Na RI Carajás, os valores foram bem superiores, indo de R\$ 85 em 2019 para um pico de R\$ 160 em 2022, e redução para R\$ 141 em 2023. O Pará apresentou elevação gradual de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023 (Gráfico 21).

A análise demonstra grande instabilidade nos investimentos municipais de Piçarra, com cortes expressivos em anos como 2020 e 2023. Apesar do crescimento pontual em 2022, a média histórica do município se mantém abaixo da regional e estadual. A RI Carajás lidera os gastos durante todo o período, sinalizando maior priorização ou disponibilidade orçamentária para ações culturais e ambientais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

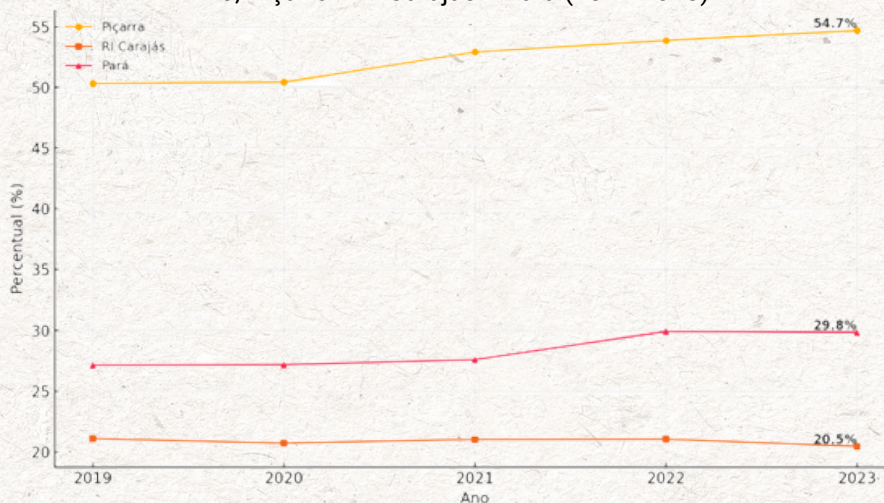


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Piçarra, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo se manteve alto e crescente: partiu de 50,5% em 2019, subiu para 50,6% em 2020, 52,9% em 2021, 53,9% em 2022 e chegou a 54,7% em 2023. Na RI Carajás, os valores permaneceram quase constantes, de 21,0% em 2019 para 20,5% em 2023. Já o Pará passou de 27,2% para 29,8% no mesmo intervalo (Gráfico 22).

A situação em Piçarra é preocupante, com mais da metade da população de baixa renda utilizando métodos inadequados de descarte de resíduos. Enquanto o estado e a região registram percentuais próximos a 30% e 20%, respectivamente, o município se distancia negativamente dos padrões. Isso indica uma lacuna importante nas políticas públicas de saneamento básico e educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

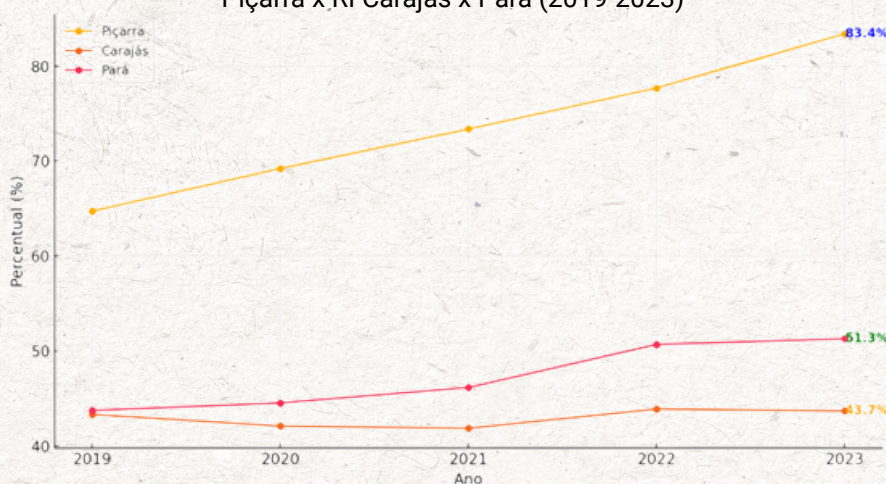
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar em Piçarra aumentou significativamente, de 64,4% em 2019 para 83,4% em 2023. Esse crescimento foi contínuo: 69,2% em 2020, 73,5% em 2021 e 77,6% em 2022. Na RI Carajás, o índice caiu ligeiramente de 43,2% em 2019 para 43,7% em 2023, enquanto no Pará o crescimento foi de 43,5% para 51,3% (Gráfico 23).

O dado evidencia um cenário alarmante de

precariedade sanitária em Piçarra, com 4 em cada 5 pessoas de baixa renda ainda dependendo de fossas rudimentares. O crescimento desse indicador contrasta com a estabilidade regional e o aumento mais contido no estado. A expansão desse tipo de infraestrutura inadequada reflete falhas graves na universalização do acesso ao saneamento básico no município (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

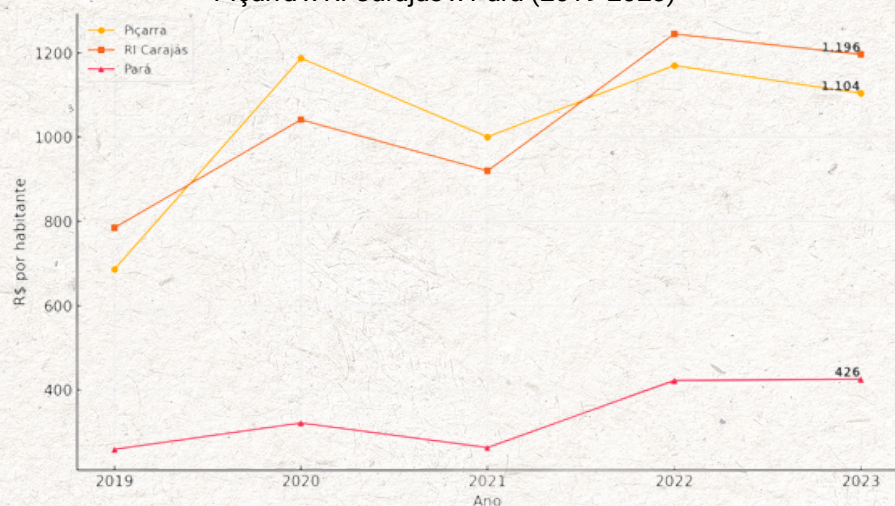


Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Piçarra, os gastos com prevenção de desastres por habitante variaram de R\$ 689 em 2019 para um pico de R\$ 1.188 em 2020. Em 2021, houve redução para R\$ 1.001, mas o valor voltou a subir em 2022 para R\$ 1.172, antes de recuar levemente para R\$ 1.104 em 2023. Na RI Carajás, a trajetória foi semelhante: partiu de R\$ 781 em 2019, atingiu R\$ 1.045 em 2020, caiu para R\$ 925 em 2021 e alcançou o maior valor em 2022 com R\$ 1.240, encerrando 2023 com R\$ 1.196. O estado do Pará registrou valores significativamente mais baixos, saindo de R\$ 261 em 2019 para R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).

Piçarra apresenta, portanto, um nível de investimento per capita muito acima da média estadual ao longo de toda a série. Mesmo com oscilações, manteve valores superiores a R\$ 1.000 nos últimos três anos. Isso indica uma política local com forte alocação de recursos na prevenção de desastres. A RI Carajás segue padrão similar, refletindo possivelmente diretrizes regionais. Já o Pará demonstra um aumento gradual e constante, mas com valores ainda abaixo de R\$ 500, o que indica menor intensidade de investimentos em comparação ao município (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.104/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

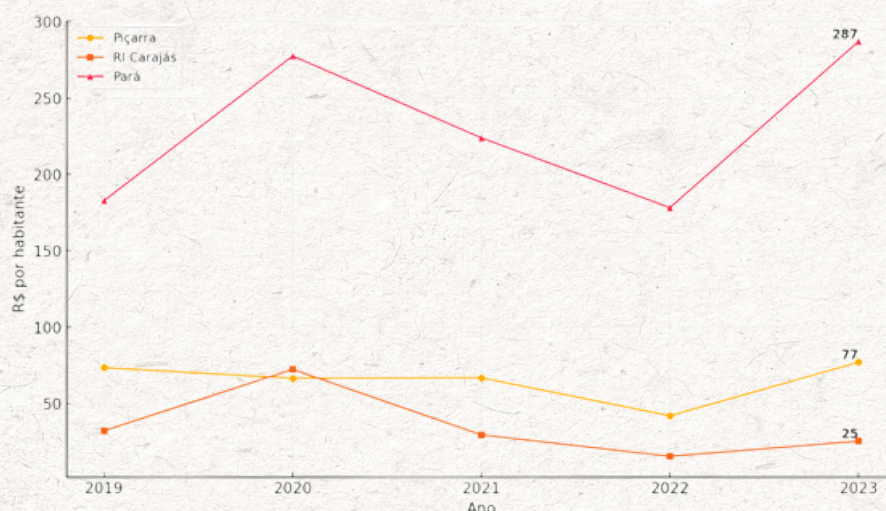
A despesa per capita com preservação aquática em Piçarra começou em R\$ 74 em 2019 e caiu para R\$ 66 em 2020. O valor manteve estabilidade em 2021 (R\$ 67), mas teve queda para R\$ 43 em 2022, encerrando com alta em 2023 (R\$ 77). A RI Carajás iniciou em R\$ 32, cresceu para R\$ 72 em 2020 e recuou para R\$ 27 em 2021, com novo declínio para R\$ 15 em 2022 e leve alta para R\$ 25 em 2023. O estado do Pará apresentou os maiores valores da série, saindo de R\$ 185 em 2019, atingindo R\$ 278 em 2020 e encerrando 2023 com R\$ 287 por habitante (Gráfico 25).

A análise mostra que o Pará investe de forma muito mais robusta em preservação aquática, mantendo valores até três vezes superiores aos das demais escalas. Piçarra, apesar de valores modestos, demonstrou certa estabilidade, com destaque para a recuperação em 2023. Já a RI Carajás apresentou forte oscilação e tendência de queda, o que pode apontar falta de continuidade em políticas públicas voltadas à conservação de recursos hídricos. O contraste revela a importância de maior esforço local e regional para acompanhar os investimentos estaduais (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 77/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

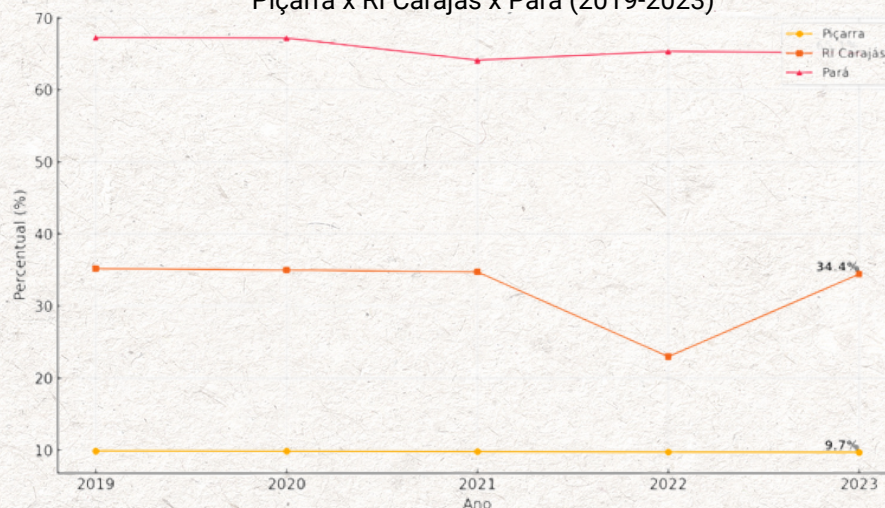
O percentual da área de floresta em relação ao total em Piçarra manteve-se praticamente estável de 2019 a 2023, variando de 9,7% a 9,8% ao longo de todo o período. Já na RI Carajás, a cobertura florestal iniciou em 35,0% em 2019, com leve queda até 2021 (34,5%) e recuo significativo para 23,1% em 2022, antes de retomar crescimento e atingir 34,4% em 2023. O estado do Pará apresentou estabilidade elevada, variando entre 67,2% em 2019 e 65,6% em 2023 (Gráfico 26).

A estagnação em Piçarra indi-

ca ausência de ações significativas de reflorestamento ou recuperação de cobertura vegetal no período analisado. A RI Carajás apresentou forte perda florestal entre 2021 e 2022, mas esboçou recuperação em 2023. O Pará, com maior preservação, manteve-se acima de 65% de cobertura florestal, refletindo uma situação ainda relativamente positiva em termos ambientais. As disparidades entre os níveis territoriais evidenciam maior pressão sobre o bioma em regiões mais específicas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

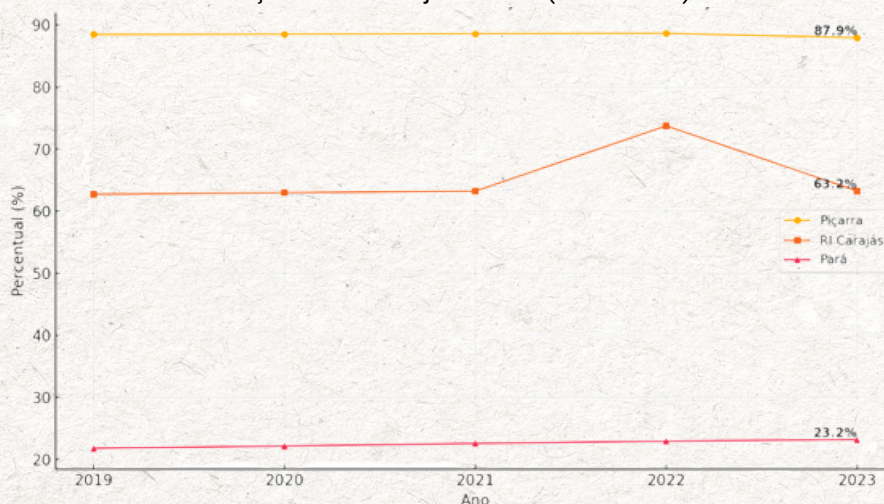
Piçarra apresentou valores extremamente elevados de desmatamento, mantendo o percentual em torno de 87,9% ao longo de todo o período, com ligeiras oscilações. Na RI Carajás, o indicador variou de 62,9% em 2019 para um pico de 73,9% em 2022, caindo para 63,2% em 2023. O estado do Pará exibiu comportamento mais estável e valores significativamente menores: 21,3% em 2019, chegando a 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A elevada taxa de desmatamento em Piçarra, praticamen-

te constante acima de 87%, revela um cenário ambiental crítico e consolidado, com pouca ou nenhuma regeneração de cobertura vegetal. A RI Carajás teve picos preocupantes, embora tenha revertido parte do desmatamento recente. O Pará, por outro lado, mostra um patamar bem mais sustentável, refletindo melhores práticas ou menor pressão sobre os recursos florestais. A situação de Piçarra demanda ações urgentes de mitigação e políticas ambientais estruturadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

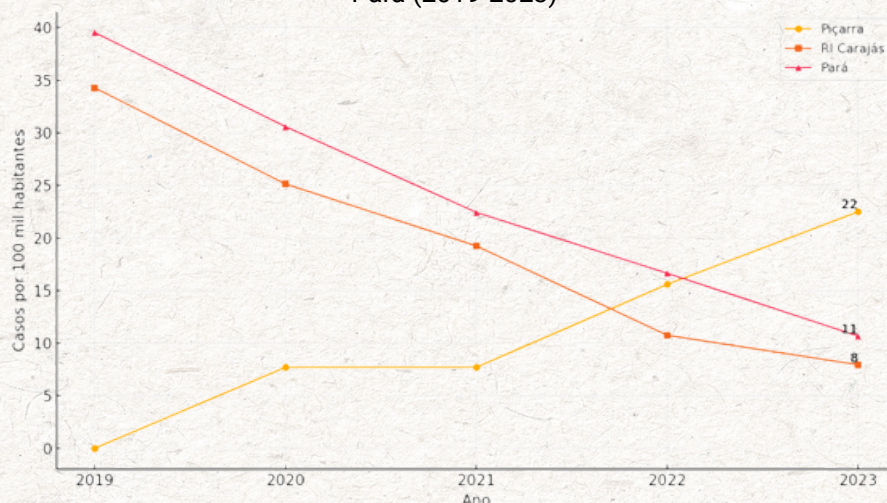
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Piçarra, o trabalho infantil apresentou tendência crescente no período. Em 2019, o valor era de 0 caso por 100 mil habitantes, subindo para 8 em 2020 e mantendo o mesmo patamar em 2021. Em 2022, houve aumento para 16 casos, atingindo o pico de 22 em 2023. Em contraste, a RI Carajás teve queda constante de 34 em 2019 para apenas 8 casos em 2023. Já o estado do Pará apresentou decréscimo mais gradual, saindo de 39 em 2019 para 11 em 2023 (Gráfico 28).

Os dados mostram que, ao

contrário das tendências estadual e regional, Piçarra enfrenta um agravamento significativo do trabalho infantil. Enquanto o Pará e a RI Carajás reduziram drasticamente os índices, o município seguiu na direção oposta. A elevação contínua em Piçarra sugere falhas em políticas públicas de proteção à infância ou condições socioeconômicas deterioradas. A inversão das posições relativas indica a urgência de intervenções específicas para reverter esse cenário local (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

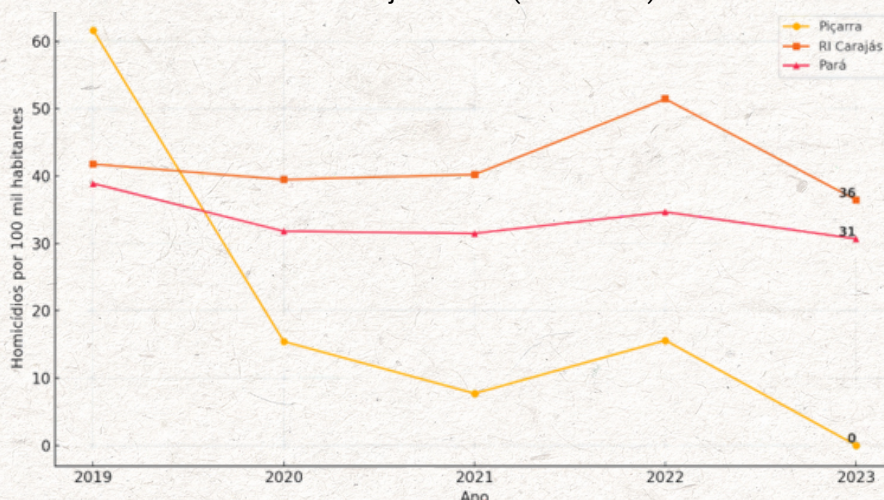
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Piçarra, a taxa de homicídios caiu drasticamente de 62 em 2019 para 16 em 2020, reduzindo ainda mais para 8 em 2021. Em 2022, houve uma breve alta para 16, mas em 2023 o município zerou o indicador, registrando 0 homicídios por 100 mil habitantes. Na RI Carajás, os dados oscilaram entre 42 em 2019 e 51 em 2022, com queda para 36 em 2023. Já o Pará apresentou ligeira oscilação, mantendo-se entre 38 em 2019 e 31 em 2023 (Gráfico 29). A evolução em Piçarra é positiva, com forte

redução da violência letal em um curto período. A eliminação do homicídio em 2023 representa um marco importante para a segurança pública local. A RI Carajás ainda apresenta índices elevados, embora com tendência de queda no último ano. O estado do Pará mantém estabilidade, mas sem alcançar o desempenho expressivo de Piçarra em 2023. O avanço no município pode refletir ações eficazes de policiamento, mediação de conflitos ou transformação nas dinâmicas comunitárias (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

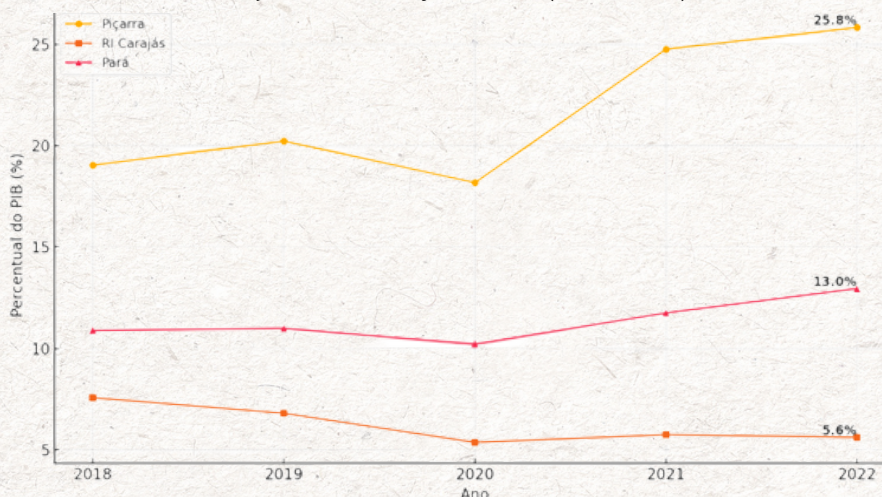


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Piçarra, o gasto público municipal como percentual do PIB iniciou em 18,9% em 2018, subiu para 20,2% em 2019, e teve leve recuo para 18,2% em 2020. A partir de 2021, houve aumento expressivo, atingindo 24,7%, e crescendo ainda mais em 2022, com 25,8% do PIB municipal comprometido com gastos públicos. Já a RI Carajás apresentou trajetória inversa, com queda de 7,6% em 2018 para 5,2% em 2020, recuperando-se levemente para 5,6% em 2022. O estado do Pará, por sua vez, oscilou entre 10,8% em 2018 e 13,0% em 2022, com tendência moderada de crescimento a partir de 2020 (Gráfico 30).

A comparação mostra que Piçarra sustenta um volume de gasto público proporcionalmente muito superior às demais esferas territoriais, especialmente após 2020. O município ampliou significativamente a presença do setor público em sua economia, o que pode indicar forte dependência dos investimentos e serviços governamentais. Enquanto isso, a RI Carajás manteve-se em patamar bem mais baixo e relativamente estável, e o Pará demonstrou leve crescimento, mas ainda distante dos níveis de Piçarra. Esse cenário revela o protagonismo do gasto público na dinâmica econômica municipal (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Piçarra x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

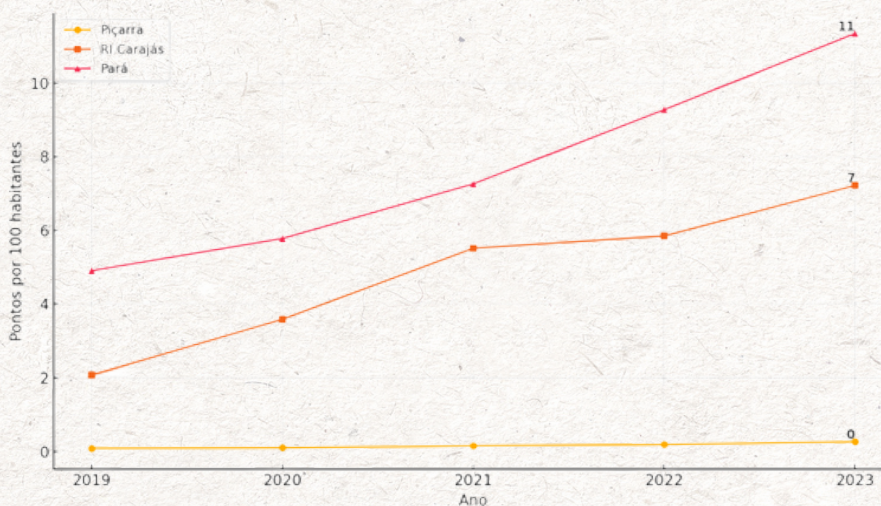
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O acesso à banda larga fixa em Piçarra manteve-se praticamente inalterado entre 2019 e 2023, variando de 0,03 ponto por 100 habitantes em 2019 para apenas 0,06 ponto em 2023, evidenciando uma estagnação crítica. Já a RI Carajás avançou consistentemente de 2,0 pontos em 2019 para 7,0 em 2023. No mesmo período, o estado do Pará apresentou evolução significativa, partindo de 4,9 em 2019 para 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023, mais que dobrando a cobertura (Gráfico 31).

A diferença entre os territórios é expressiva,

com Piçarra evidenciando um enorme déficit de infraestrutura digital. Enquanto RI e estado avançaram, o município permaneceu praticamente sem crescimento, o que pode comprometer o acesso à informação, à educação e ao mercado digital. Esse atraso acentua a exclusão tecnológica local e requer medidas urgentes para ampliação do serviço. A tendência estadual de expansão contrasta fortemente com o desempenho estagnado de Piçarra, reforçando a necessidade de políticas públicas de inclusão digital direcionadas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Piçarra x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

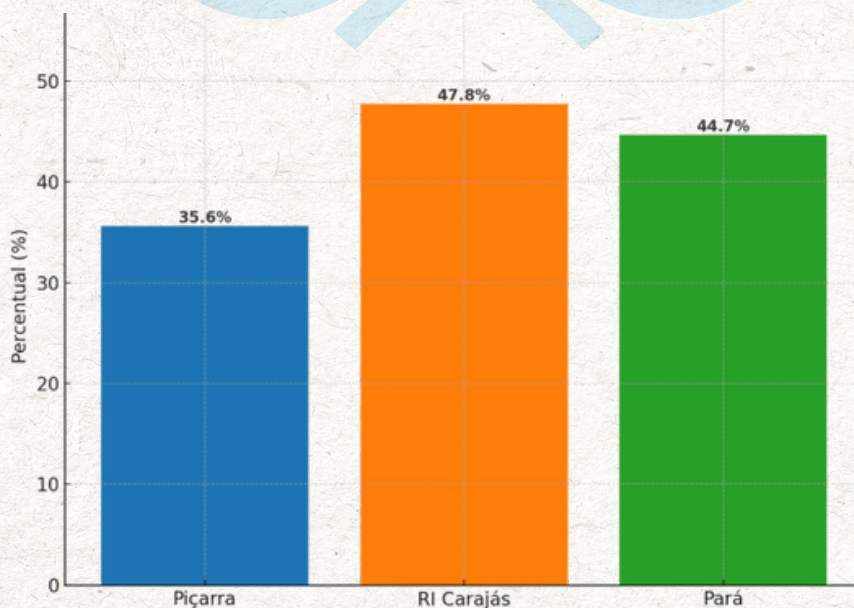
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Piçarra** registrou um IDS de **35,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Piçarra x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



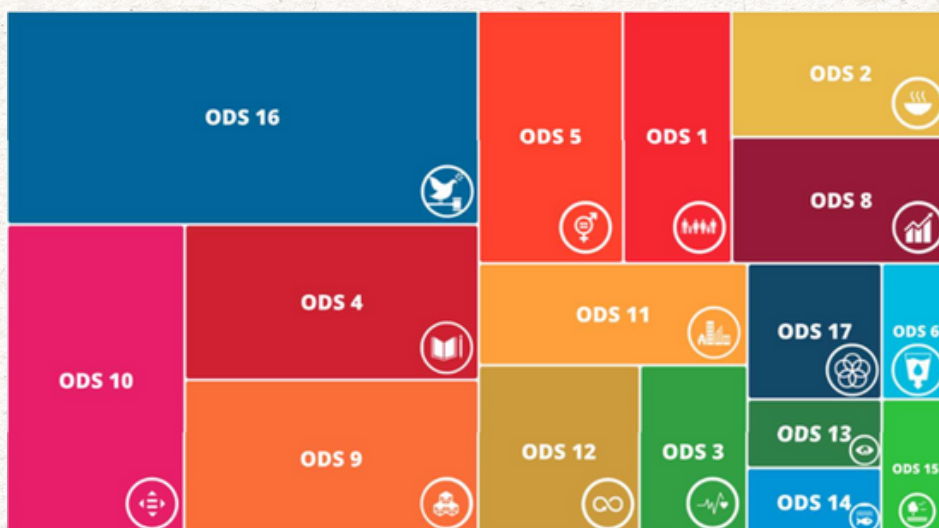
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Piçarra na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Piçarra e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

